

ANA CAROLINA DELGADO  
CLAYTON M. CUNHA FILHO

# Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales

*A nova agenda externa da Bolívia sofreu um giro ideológico à esquerda. Entretanto, a política internacional do primeiro governo de Evo Morales (2006-09) está marcada igualmente por forte pragmatismo e, à exceção das relações com os EUA, os conflitos ideológicos não trouxeram prejuízo ou sérias consequências à diplomacia do país.*

*Palavras-chave: Política Externa Boliviana, Evo Morales, Ideologia versus Pragmatismo.*



## Ideology and pragmatism: the foreign policy of Evo Morales

*The new Bolivian foreign agenda has ideologically shifted to the Left. However, the international politics of Evo Morales' first government (2006-09) is marked as well by strong doses of pragmatism and, with the exception of the relations with the USA, ideological conflicts have not caused any harm or more serious consequence to the country's diplomacy.*

*Keywords: Bolivian Foreign Policy, Evo Morales, Ideology versus Pragmatism.*

---

Ana Carolina Delgado:  
Professora do Instituto de  
Relações Internacionais  
da PUC-Rio e doutoranda  
em Relações Internacio-  
nais pela PUC-Rio.

Clayton M. Cunha Fi-  
lho: Doutorando em Ci-  
ência Política pelo IUPERJ,  
pesquisador-assistente  
do Observatório Político  
Sul-Americano (OPSA).

## 1 INTRODUÇÃO

A histórica eleição de Evo Morales, primeiro indígena a assumir a presidência boliviana e primeiro presidente a eleger-se com maioria absoluta dos votos desde a redemocratização, marcou uma importante inflexão nas estratégias de inserção internacional da Bolívia atinente aos governos que o precederam. Eleito com uma plataforma de esquerda pelo partido Movimento ao Socialismo (MAS), sua chegada à presidência pode ser apontada como fruto direto da grave crise de hegemonia que levou à renúncia de dois presidentes entre 2003-05 e à convocação do pleito antecipado do qual saiu vencedor.

Assentado em políticas de corte neoliberal que incluíram desregulamentação econômica e privatização das principais empresas públicas nacionais, o regime político boliviano teve sua legitimidade minada por uma série de mobilizações populares, que levaram à crise hegemônica citada e lançaram nacionalmente Morales como líder de um projeto político alternativo. Nesse sentido, era bastante previsível que a ascensão do novo governo trouxesse uma mudança significativa de paradigmas na orientação da política exterior boliviana, levando à emergência de focos de tensão na relação com outros países, de certa forma inerente- a processos de mudança política.

O presente artigo tem como objetivo analisar a agenda externa da Bolívia durante o primeiro mandato de Evo Morales (2006-09), fortemente marcada pela dinâmica interna. Na medida em que esta sofreu um giro à esquerda, também aquela sofreu inflexão, apontada por muitos como uma ideologização da política exterior boliviana. Argumentaremos, entretanto, que a atuação da chancelaria boliviana está marcada também por doses de pragmatismo e que, à exceção das relações com os EUA, os conflitos de natureza ideológica não trouxeram qualquer tipo de prejuízo ou consequência mais grave às relações da Bolívia com outros países.

Na primeira seção do texto, analisamos os objetivos da política externa boliviana e seu encadeamento com o processo de mudanças internas promovido por Morales. Na seção seguinte, abordamos as relações do país com os vizinhos e a dinâmica de integração sul-americana e, em seguida, o tenso relacionamento com os EUA. Por fim, concluímos com algumas avaliações e reflexões de caráter mais geral.<sup>1</sup>

## 2 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOBERANO: DESENVOLVIMENTO NACIONAL E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A administração Morales elegeu a política externa<sup>2</sup> como um dos quatro eixos prioritários de seu governo, conforme codificado no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)<sup>3</sup>, e cuja importância é atestada pelo prestígio do chanceler boliviano David Choquehuanca, um dos poucos a continuar intocado no cargo desde o início do governo.<sup>4</sup> Eleito com uma agenda política de fortes tintas desenvolvimentistas e nacionalistas e rejeitando o modelo político anterior, calcado na desregulamentação dos mercados, privatização das estatais e priorização do investimento estrangeiro direto, o novo governo estabeleceu como prioridades a retomada do protagonismo estatal na economia, a reversão das privatizações e o controle sobre os recursos naturais estratégicos. A política externa anterior era vista como “errática e incoerente, baseada em un modelo neoliberal que llevó al país a una profunda crisis económica y social” (MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 246). A nova política externa passava a ser vista como intrinsecamente articulada ao processo de mudanças internas proposto pelo governo e baseada na construção da soberania nacional.

A soberania no plano internacional viria da valorização da cultura nacional e das tradições indígenas, do apoio ativo aos cidadãos no estrangeiro e como consequência da construção, no plano interno, de um novo Estado capaz de conduzir o país rumo ao desenvolvimento econômico e à superação das graves desigualdades sociais bolivianas. Dentre os caminhos propostos para esse objetivo, a reversão das privatizações das empresas estatais estratégicas era vista como primordial pelo governo, em especial o setor de hidrocarbonetos, principal fonte de divisas da economia boliviana (MIRANDA, 2008) por meio das exportações de gás.

Entre as principais promessas de campanha de Morales – e antes disso já uma das principais demandas do movimento social boliviano –, a refundação da estatal *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) e a reestatização do setor de hidrocarbonetos consistiam em focos previsíveis de potenciais conflitos internacionais. Isso porque o setor era controlado quase integralmente por empresas estrangeiras, das quais a brasileira Petrobras figurava como a maior. O processo de recuperação do controle sobre os hidrocarbonetos começou em 1º de maio de 2006 com a promulgação,

pelo presidente Morales, do decreto supremo 28.701, denominado “Heróis do Chaco”.<sup>4</sup> O documento estabelecia a passagem do controle das operações à YPFB, convertendo às petroleiras privadas em prestadoras de serviço, e a criação de empresas mistas entre a estatal boliviana e as demais companhias privadas atuantes no país. Seriam transferidas, com indenização, ações das empresas privadas à YPFB, de modo a torná-la sempre sócia majoritária, com a assinatura de novos contratos e uma repartição de lucros e pagamento de impostos e regalias mais favoráveis ao governo.

O processo de nacionalização prosseguiu em meio a tensões internas e externas entre 2006 e 2009 com a retomada do controle das refinarias da Petrobras, Gualberto Villarroel e Guillermo Elder Bell, a renegociação dos contratos com as petroleiras e sua ratificação pelo Congresso, e culminou com a emissão de decreto supremo transferindo à YPFB o controle acionário das empresas Andina, Transredes, Chaco e CLHB<sup>5</sup> em maio de 2008, e da Air BP<sup>6</sup> em maio de 2009. Com exceção da CLHB e da Air BP (cujos controles acionários foram totalmente estatizados), o governo comprou, por meio do decreto, apenas um número suficiente de ações para ter a maioria (50% mais um). No caso da Transredes, que opera o gasoduto Brasil-Bolívia, a falta de cooperação dos controladores da empresa levou o governo a nacionalizar a totalidade das ações em novo decreto emitido em setembro de 2008, o mesmo ocorrendo com a empresa Chaco em janeiro de 2009.

A reversão das privatizações pelo governo Morales colocou a Bolívia em constante tensão internacional no período, não apenas com os países-sede das transnacionais em atuação na Bolívia, mas também com outros países com os quais havia assinado acordos de proteção de investimentos. Esse foi o caso, por exemplo, da Holanda. As operações da Petrobras em território boliviano eram todas realizadas por meio de uma subsidiária holandesa da companhia, que assim se amparava num acordo de proteção de investimentos entre os dois países, garantindo-lhe maiores vantagens indenizatórias. Além do setor de hidrocarbonetos, a reestatização da telefônica ENTEL, controlada pela italiana Euro Telecom, também trouxe tensão à chancelaria do governo Morales. Já em 2006, o presidente anunciou a intenção de retomar o controle sobre a empresa e iniciou tentativas de negociar a compra das ações pelo governo. Tais tentativas foram recebidas negativamente pela empresa, que ajuizou pedido de arbitragem ante

o Centro Internacional para Arbitragem de Diferenças Relativas a Investimentos (CIADI), órgão ligado ao Banco Mundial responsável por julgar litígios entre transnacionais e governos.

Esses fatos levaram o governo a anunciar, em abril de 2007, sua retirada do CIADI e dos acordos de proteção de investimentos dos quais fazia parte, classificados por Morales como lesivos à soberania nacional ao colocar em condição de desigualdade investidores nacionais e internacionais e conferir aos últimos vantagens consideradas descabidas. Além disso, em junho de 2008, o governo anunciou a criação do Ministério de Defesa Legal das Recuperações Estatais,<sup>7</sup> encarregado de defender legalmente as estatizações nos foros internacionais em que o país fosse acionado e consolidando a fase de extensão das políticas internas da diplomacia boliviana atual.

Com relação à política comercial, o posicionamento oficial do governo era de diversificar a pauta de exportações, extremamente concentrada em produtos primários (gás e minérios, principalmente), mediante industrialização local, maior agregação de valor aos produtos exportados e priorização do mercado interno, o que lhe valeu conflitos com exportadores. Frente aos preços crescentes de alguns gêneros alimentícios como óleo de soja, milho e trigo, o governo impôs em 2008 restrições à exportação dos produtos, que só poderia ser exportados mediante a garantia de determinada faixa de preços no país, como forma de forçar a redução dos preços no mercado interno, política pela qual foi fortemente criticado pelas organizações empresariais bolivianas. No setor de mineração, o governo criou, em junho de 2008, o Serviço Nacional de Registro e Controle da Comercialização de Minerais e Metais (Senarecom), com a atribuição de aumentar o controle estatal sobre a exportação de minérios. Além disso, o governo tem rejeitado os Tratados de Livre Comércio, associados ao neoliberalismo e interpretados como instrumentos de aprofundamento das desigualdades econômicas por não conter mecanismos de redução das assimetrias entre os países.

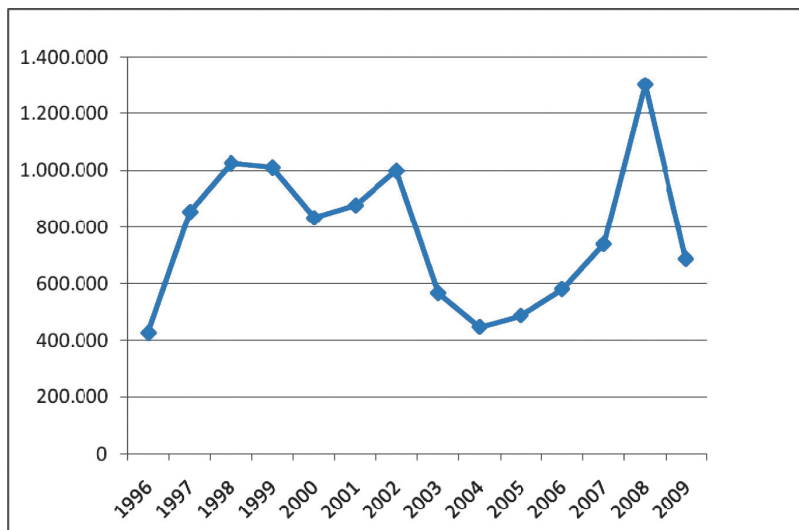
Quanto aos investimentos estrangeiros diretos (IED), cuja atração foi um dos principais pilares da política externa boliviana em todo o período democrático pré-Morales, a política do governo é de que o país “quer sócios, e não patrões” (MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007; MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTOS, 2007).

Ou seja, os investimentos são bem-vindos desde que se ajustem às leis nacionais e às diretrizes do PND. Esse ponto, inclusive, foi um dos mais usados pelos opositores para criticar o governo, alegando que a política de reestatização do gás e da telefonia afugentaria investidores internacionais e provocaria o colapso da economia boliviana. Entretanto, a análise do Gráfico 1 mostra que o volume de IED tem crescido desde o início do governo Morales. Entre 1996 e 1999, os IEDs na Bolívia atingiram um pico de mais de US\$ 1 bilhão, atraídos principalmente pela compra de estatais por companhias transnacionais, até despencar a partir de 2002, quando começa o período de maior instabilidade política no país. Em 2006, com o novo governo, observa-se uma acentuada recuperação, embora ainda em níveis inferiores aos registrados em seu auge.

Apesar de não priorizar a atração de IED como governos anteriores e ter alterado as “regras do jogo” com as nacionalizações, Morales (e os documentos oficiais do governo) têm enfatizado que, com o estabelecimento de regras mais justas e na perspectiva de ser “sócio”, o governo respeitará os investimentos feitos e garantirá níveis razoáveis de lucratividade aos investidores (CHÁVEZ, 2008; MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007). Em contraste com a efemeridade dos presidentes que lhe antecederam, Morales é o primeiro presidente a concluir seu mandato desde o primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (1993-97). Isso tem garantido uma continuidade nas políticas governamentais e certa previsibilidade para os investidores, mesmo após uma (antecipadamente anunciada) mudança brusca na regulação, sendo esse provavelmente o fator mais importante para a retomada registrada nos IED.

Cabe ressaltar que o nível de investimentos estrangeiros ainda é baixo no país e mesmo insuficiente em setores como o de hidrocarbonetos. Mas a recuperação frente ao passado recente é de qualquer forma notável (ver Gráfico 1) e tende a ser substancialmente reforçada à medida que parcerias firmadas entre o governo Morales e países como Venezuela, Irã e Índia,<sup>8</sup> por exemplo, começam a sair do papel, apesar da queda brusca em 2009, frente ao ano anterior, devido ao agravamento da crise financeira global.<sup>9</sup>

Gráfico 1  
Investimento Estrangeiro Direto (em milhões de US\$)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estadística.  
Não há dados disponíveis para os anos anteriores a 1996.

Além da atração de IED, a política de captação de doações internacionais (Ministério de Planificación del Desarrollo, 2007) e passou por reformulações importantes. Antes bastante frouxa, com os organismos internacionais e ONGs decidindo livremente onde, como e para quem investir os recursos doados, o governo tem buscado com relativo grau de sucesso um controle maior sobre a destinação dos recursos e sua canalização para projetos considerados prioritários. Doações feitas pela JICA, agência de cooperação internacional do Japão, e pela União Europeia têm se enquadrado desde 2008 nos moldes delineados pelo PND. Dos grandes doadores internacionais tradicionais, o que menos se enquadrou às mudanças foi os EUA, causando inclusive atritos importantes que serão analisados com mais detalhes em seção subsequente.

### 3 A BOLÍVIA NA AMÉRICA DO SUL: EM BUSCA DE UM NOVO PAPEL

No âmbito sul-americano, o governo Morales enfrenta o desafio de manter e intensificar as relações com seus vizinhos em meio à adoção de políticas de cunho nacionalista que, em maior ou menor medida, levaram a tensões com parceiros importantes, como o Brasil. Soma-se a isso o constrangimento estrutural à Bolívia pela falta de acesso ao mar, o que também se aplica ao Paraguai. Tal característica, associada às políticas domésticas bolivianas, voltadas para o desenvolvimento e a defesa da soberania, fará com que o governo busque diversificar parcerias, dentro e fora do plano regional.

Nesse contexto, o país estabelece e fortalece laços com os vizinhos, como Argentina, Paraguai, Chile e Venezuela. Com relação à Argentina e à Venezuela, esse movimento na política externa boliviana ocorre de modo incisivo no período posterior à nacionalização dos hidrocarbonetos, tendo em vista o abalo momentâneo provocado pela medida nas relações com o Brasil. Mas para além desse fator conjuntural, podemos entender a estratégia de diversificação de parcerias perseguida pelo governo boliviano como uma resposta à necessidade do governo Morales de criar alternativas às parcerias implementadas por governos anteriores sob a ótica neoliberal.

#### 3.1 Integração Sul-Americana: Busca por Novos Parceiros e Redução da Dependência com o Brasil

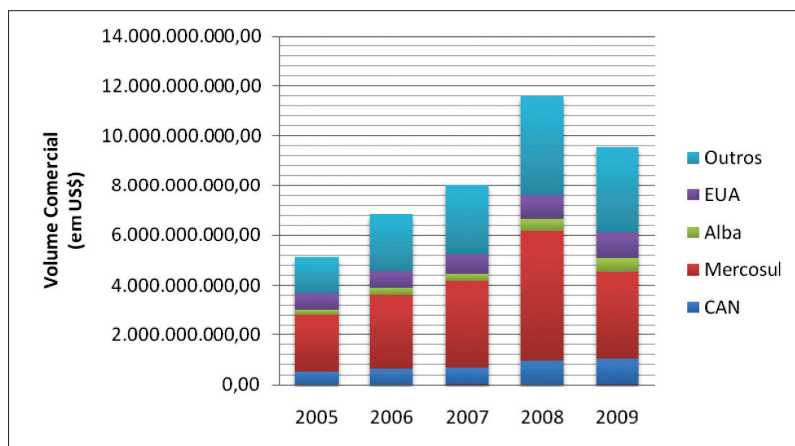
Tido pelo governo Morales como uma de suas prioridades, o papel da Bolívia no processo de integração sul-americana apresenta resultados contraditórios. Membro fundador da Comunidade Andina de Nações (CAN) e membro-associado do Mercosul, o país ingressou também, em abril de 2006, na Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (Alba),<sup>10</sup> criada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez como contraposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), fortemente associada ao projeto neoliberal rejeitado por Morales e pelos movimentos sociais bolivianos.

Identificada por ele como uma alternativa importante aos acordos de integração “tradicionais”, que segundo o governo não contêm salvaguar-



das necessárias para correção de assimetrias e promoção do desenvolvimento dos países mais pobres, a Alba tem sido tratada com atenção pelo presidente, que a associa à ideia de “diplomacia dos povos” defendida pelo governo (MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007). No entanto, apesar de ter uma significativa importância política e proporcionar resultados positivos em políticas sociais, notadamente de saúde e educação, a entrada da Bolívia no bloco não tem gerado resultados significativos no âmbito comercial (ZUCCO JR, 2008, p. 26). A participação relativa dos países da Alba na balança comercial boliviana tem se mantido praticamente inalterada e significativamente mais baixa que a registrada com outros países ou blocos comerciais, conforme se pode observar no Gráfico 2. Com a suspensão da Lei de Promoção Comercial e Erradicação de Drogas na Região Andina (ATPDEA), em 2008,<sup>11</sup> acordos comerciais complementares foram firmados com a Venezuela, principal membro da Alba, no sentido de que esse país pudesse absorver as exportações antes destinadas aos EUA. Contudo, os exportadores bolivianos têm se queixado com frequência dos entraves burocráticos venezuelanos à implementação efetiva dos acordos.

Gráfico 2  
Distribuição do Comércio Exterior Boliviano  
(Importações+Exportações) por Grupos de Países



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estadística

Dentre as já citadas relações não comerciais com os países da Alba, um dos exemplos mais emblemáticos dessa mudança de imagem experimentada pelo novo governo são as relações com a Venezuela. Nesse caso, o estreitamento dos laços guarda ligação com um viés antiglobalização neoliberal e antiestadunidense, presente nos discursos dos governos Chávez e Morales, assim como no de Rafael Correa do Equador, e que estará presente e tanto no modo de implementação da política externa quanto da política doméstica. Visto ser o projeto neoliberal associado ao processo que representa a expansão dos interesses dos EUA pelo mundo, conformando uma nova forma de dominação, a nacionalização de setores da economia desses países sul-americanos funcionará como parte de uma estratégia que encontra suas bases na refundação estatal e busca uma melhor posição no cenário regional e internacional. Assim, conforme analisado na seção anterior, a Bolívia adotará uma série de medidas que propõem o retorno do Estado como ator fundamental de um projeto voltado para a defesa da soberania nacional, que sob a ótica anti-imperialista – defendida e personificada na figura do presidente venezuelano – encontra-se ameaçada, sobretudo, pela exploração dos recursos naturais, contribuindo para acentuar uma tendência ao nacionalismo energético na região.

Entretanto, embora as relações Bolívia-Venezuela possam ser interpretadas como obedecendo puramente a questões ideológicas, um olhar mais aprofundado mostra que tais relações são, em grande medida, pautadas pelo pragmatismo. No caso da Bolívia, a relevância da Venezuela como ator estratégico revela-se no conjunto de parcerias estabelecidas entre os dois países desde 2006, quando o primeiro passa a receber ajuda técnica e financeira do governo Chávez, após a nacionalização dos hidrocarbonetos, com vistas à reestruturação do setor. Nesse sentido, embora a medida nacionalizante tivesse contribuído para ampliar as receitas bolivianas, o país precisava ainda de cerca de US\$ 3 bilhões para serem investidos na pesquisa e perfuração de poços de gás e petróleo, negócio caracterizado, entre outros fatores, pelo alto risco de seus investimentos. Ademais, grande parte dos lucros obtidos com a venda do gás não se reverteu nos anos subsequentes em investimentos eficazes no desenvolvimento econômico-social do país, devido à própria burocracia boliviana e conflitos políticos internos sobre a distribuição dos recursos.

Assim, seguindo o padrão de cooperação no setor energético, Bolívia e Venezuela, por meio de suas estatais YPFB e PDVSA, respectivamente, criam, em maio de 2006, a companhia de sociedade mista Petroandina, que prevê investir cerca de US\$ 880 milhões em campos não tradicionais no Norte do departamento de La Paz e na zona central do país. Devemos salientar o fato de 60% das ações da nova petrolífera pertencer à Bolívia, seguindo a diretriz do governo de manter o controle majoritário sobre os setores estratégicos.

No campo militar, os países também assinaram acordo, em meados de 2006, que estabelecia o auxílio técnico e econômico para a construção de postos do Exército boliviano nas áreas de fronteira, fato que suscitou questionamentos nas mídias chilena, peruana e paraguaia, mas não teve implicações mais sérias.

Outro fator que encontrou amplo destaque na mídia política boliviana refere-se à assistência econômica prestada pela Venezuela em forma de cheques, entregues pelo governo Morales diretamente a prefeituras ao longo do país. A ação foi denunciada pela oposição por supostamente não cumprir as prerrogativas legais bolivianas. A Bolívia recebeu ainda apoio venezuelano quando da nacionalização dos hidrocarbonetos sob a forma de mediação em suas relações com Argentina e Brasil, principalmente. Assim, o governo Morales encontra em Chávez um grande respaldo moral, político e econômico, que serão percebidos como fundamentais na tentativa boliviana de fomentar o desenvolvimento do país sobre novas bases.

Nesse sentido, as relações Bolívia-Venezuela encontram-se pautadas não apenas pelo fator ideológico, mas também pelo estratégico, espelhando a necessidade de diversificar parcerias. Se, por um lado, essa necessidade consiste num elemento antigo da política externa boliviana, por outro, se torna um imperativo após a implementação de medidas domésticas que criam, por vezes, focos de tensão com alguns países vizinhos. Assim, a diversificação de parcerias e a busca por cooperação, embora esta seja abandonada em determinadas circunstâncias em nome do interesse boliviano, refletem o dilema do governo Morales de equacionar mudanças domésticas com a manutenção do *status quo* regional, no qual o Brasil sobressai como a grande liderança. As relações com a Venezuela constituem, nesse contexto, a alternativa perseguida pelo governo boliviano na tentativa de tornar-se menos dependente do Brasil, seu principal parceiro

regional, aumentando seu poder de barganha. É importante ponderar, no entanto, que a proximidade com o governo venezuelano não se traduz em alinhamento automático. Divergências significativas entre as políticas externas dos dois países podem ser observadas, por exemplo, na posição relativa à CAN, abandonada pela Venezuela em abril de 2006 e onde a Bolívia não apenas permaneceu, como tentou convencer a Venezuela a regressar – sem sucesso – por diversas vezes; ou na presença de tropas da ONU no Haiti, fortemente criticada por Hugo Chávez e que conta com tropas bolivianas (STEFANONI, 2007, p. 57).

Com a Argentina, outro parceiro a ganhar importância com Morales, a Bolívia assinou, em junho de 2006, acordos de compra e venda do gás natural boliviano, que estabelecem um aumento substancial no volume do produto exportado (cerca de 27,7 milhões de metros cúbicos). Ademais, a cooperação entre esses atores inclui investimentos para a construção do Gasoduto do Nordeste Argentino e de uma usina de separação de carburantes líquidos. Cabe ressaltar, no entanto, que a insuficiência de investimentos no setor tem impedido a Bolívia de cumprir com os volumes acordados de exportação de gás e que até o fim do primeiro mandato de Morales tanto o gasoduto quanto a planta separadora<sup>12</sup> não saíram do papel.

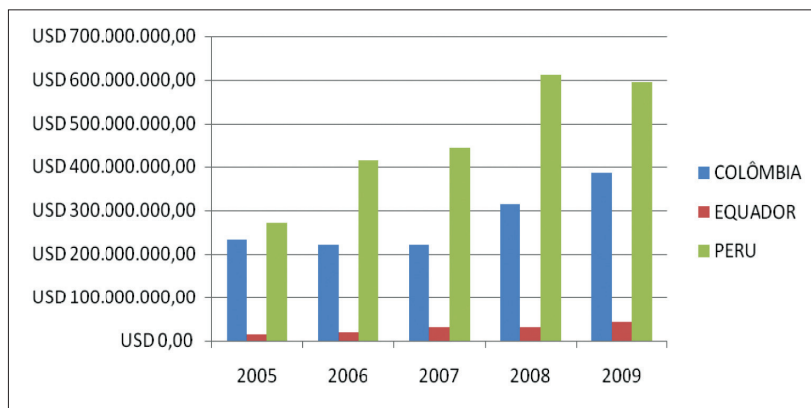
Com Paraguai e Uruguai, o governo boliviano discutia a criação do Uru-pabol, mecanismo de cooperação político-econômica entre os três países, que incluiria a construção de gasoduto para levar o gás natural da Bolívia ao Uruguai, passando pelo Paraguai, Argentina e Brasil. Todavia, observamos nesses dois últimos casos que a demanda pela multiplicação de parcerias regionais por vezes ocorreu em bases frágeis, atribuíveis às próprias características da Bolívia, país com baixa capilaridade institucional, economia pouco diversificada e que não dispõe de reservas para grandes investimentos, e à identificação dessas características, ainda que em grau variado, em seus parceiros menores. O gasoduto citado permanece ainda no plano das intenções, mas devem ser destacadas a assinatura, em abril de 2009, dos acordos definitivos de demarcação de fronteiras com o Paraguai, pendentes desde o fim da Guerra do Chaco (1932-35),<sup>13</sup> e a proposta de cessão pelo Uruguai, em julho de 2009, do uso dos portos de Nova Palmira e Montevideú livre de custos, permitindo à Bolívia acesso ao Atlântico via bacia do Prata e diminuição consideráveis custos de exportação.

### 3.2 As difíceis relações com a CAN

As discussões quanto ao futuro da CAN, que envolvem o estabelecimento de um tratado de livre-comércio (TLC) com a União Europeia, também despontam como um ponto relevante para as relações intrarregionais. No que tange a política externa boliviana, essa seguirá marcada pela divergência em relação a Colômbia e Peru, países-membros que reproduzem uma assimetria no bloco e que perseguem uma política de liberalização econômica. Assim, enquanto os últimos, que já assinaram TLC individuais com os EUA com potencial de afetar negativamente as exportações bolivianas (ZUCCO JR, 2008), procuravam avançar nas negociações e concluir um acordo com a União Europeia, a Bolívia adotava postura distinta. Contrário à inclusão de alguns temas, como a liberalização de serviços básicos e a mudança nas leis de patentes e propriedade intelectual, entre outros, o país chegou a travar as discussões no período em que ocupou a Presidência Pro Tempore da CAN.

As relações com o Peru foram também tensionadas devido às críticas de Morales ao interesse peruano em ampliar o TLC assinado com os EUA, às acusações de que uma base militar do país norte-americano estaria sendo instalada na selva peruana e ao asilo político concedido pelo país vizinho a ex-ministros do governo de Sánchez de Losada, processados pelos eventos relativos à Guerra do Gás. Seguindo o mesmo tom de crítica, Morales acusou o mandatário peruano de ser “pouco anti-imperialista”, além de apontar que autoridades do governo de Alan García estariam envolvidas num complô articulado pelos Estados Unidos contra o governo boliviano. Apesar da tensão, as declarações de Morales parecem ainda não ter provocado impactos mais profundos nas relações bilaterais. Na seara comercial, por exemplo, o Peru figura ainda como um dos principais parceiros bolivianos, como pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3  
Distribuição do Comércio Exterior Boliviano  
(Importação+Exportação) por Países da CAN



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Instituto Nacional de Estadística.

### 3. 3 Reaproximação com o Chile: a agenda de 13 pontos

A política externa do governo Morales também é marcada pela aproximação com o Chile, rival histórico, com o objetivo principal de solucionar a demanda boliviana de obter uma saída para o mar, perdida com o advento da Guerra do Pacífico (1879-83).<sup>14</sup> O diálogo entre os dois governos ocorre torno da chamada “agenda de 13 pontos”, articulada em 2006, quando o Chile aceitou incluir a questão marítima nas negociações após 28 anos do fracasso das mesmas. Além desse tema, as relações bilaterais englobam os esforços para implementara integração física e econômica, evidenciado na decisão chilena de ampliar o acordo de complementação econômica (ACE 22) vigente entre os países, o desenvolvimento da confiança mútua e a cooperação na área de defesa e a solução de outros contenciosos bilaterais, como a compensação chilena pela utilização das águas bolivianas do Silala.<sup>15</sup>

Com relação à questão marítima, as negociações ocorrem em meio a visitas de autoridades dos dois países, cujas decisões são marcadas pelo sigilo, haja vista a sensibilidade ao tema presente em ambas as sociedades. No caso boliviano, em particular, a questão marítima encerra uma

forte capacidade de mobilização social, como observado durante a Guerra do Gás em 2003,<sup>16</sup> que é agravada pela reivindicação de alcançar uma passagem soberana para o Pacífico. Como dificilmente o Chile abdicará de parte do seu território em benefício da Bolívia, o sigilo das negociações e sua prorrogação funcionam como componentes essenciais para o governo Morales manter as boas relações com o vizinho, evitando chocar-se com os anseios dos bolivianos.

### 3. 4 Redefinindo as Relações com o Brasil: entre Atritos e Afinidades Ideológicas

De modo semelhante, assistimos à “renovação” dos laços Bolívia-Brasil, seguida à nacionalização dos hidrocarbonetos e de outras tensões de menor impacto, como a expulsão de siderúrgica brasileira EBX por não cumprir com as exigências ambientais bolivianas.<sup>17</sup> No que tange à manutenção da relação bilateral, essa repousa sobre a interdependência econômica entre os países e, pode-se afirmar, na aspiração brasileira, durante o governo Lula, de tornar-se um líder regional. Sendo assim, o Brasil, ciente de sua necessidade de importação do gás boliviano e de suas ambições na América do Sul, procura adotar, por vezes, um comportamento próximo de uma “hegemonia benigna”,<sup>18</sup> perseguindo uma estratégia de autorrestrrição de seu poder, arcando com os custos de liderança e fornecendo incentivos para a cooperação e reconhecimento de sua posição pelos demais países vizinhos.

Nesse sentido, o governo brasileiro tenta expandir sua influência no entorno, contemporizando ações contrárias aos seus interesses, como foi o caso da nacionalização dos hidrocarbonetos. Além do projeto de liderança, que irá se manifestar, ainda que de modo inconstante, na política externa brasileira, e da interdependência econômica, alguns elementos de convergência presentes nos discursos de ambos os governos, também figuram como uma variável interveniente na relação bilateral. Entre esses, citamos a busca por um mundo mais justo e o fato de pertencerem a uma onda de governos de esquerda da região

Como observado previamente, ao longo do processo de nacionalização dos hidrocarbonetos, as relações entre Bolívia e Brasil experimentaram momentos de tensão. Nesse período (2006-07), caracterizado pelas nego-

ciações quanto ao novo preço a ser pago pelo gás boliviano e o valor correspondente às instalações da estatal brasileira na Bolívia, a cooperação bilateral sofreu uma estagnação temporária. As relações distinguiram-se pela desconfiança e imprevisibilidade de futuras medidas que poderiam ser tomadas pelo Executivo boliviano e poderiam colocar em xeque investimentos brasileiros. Contudo, concluídas as negociações e sanadas as dúvidas quanto à suposta expropriação da Petrobras Bolívia, os governos deram passos rumo à reconstrução de suas relações, resultando na assinatura de diversos acordos que preveem, entre outros pontos, a realização de novos investimentos da estatal brasileira no país vizinho.<sup>19</sup> Dessa forma, essas movimentações devem ser avaliadas levando-se em consideração as estratégias de ambos os países em sua política externa: a tentativa do Brasil, de ser reconhecido como líder regional, o que implica arcar com os custos dessa liderança; o esforço da Bolívia para, apesar da medida nacionalizante, seguir mantendo boas relações com o principal comprador de seu gás e mostrar-se como um país confiável.

Assim, a multiplicação de parcerias, perseguida e intensificada pelo governo Morales, insere-se num contexto que fornece incentivos e constrangimentos para a sua realização. Por um lado, a percepção de que, diante de uma política externa e doméstica pautada pela retórica anti-imperialista e pela mobilização da sociedade civil boliviana, o governo perseguirá, paralelamente à implementação de medidas nacionalizantes, a ampliação e a diversificação de suas parcerias. A Bolívia procura, assim, tornar-se menos dependente economicamente do Brasil, ampliando suas possibilidades de barganha, seja por meio da forte associação com a Venezuela, seja pela substancial melhora das relações bilaterais com o rival histórico Chile. Nesse ponto, o comportamento do Brasil, ancorado no discurso de justiça social, na ajuda aos países mais pobres e na ambição de consagrar-se como líder regional, facilitará, de certa forma, a implementação da nova estratégia de política externa boliviana, visto que a possível presença de um governo hostil no país vizinho poderia dissuadir mudanças bruscas na Bolívia. Aqui, a percepção do governo Morales sobre o contexto regional desempenhará papel crucial.

Por outro lado, a Bolívia encontra obstáculos para a implementação de sua política externa, devido às profundas mudanças e à adoção de medidas que ferem, por vezes, os interesses dos outros países, à sua fragilidade



econômica e/ou política de seus vizinhos e, embora em menor proporção, ao discurso radical do presidente Morales, dificultando um ambiente propício à cooperação. Esses fatores refletem o desafio boliviano de dosar os clamores internos e fazer política sobre novas bases com a manutenção de boas relações exteriores, e serão igualmente identificados em suas relações extrarregionais.

#### 4 BOLÍVIA PARA ALÉM DA AMÉRICA LATINA: BUSCA DE NOVOS PARCEIROS E CONFLITOS COM OS EUA

Dentro do espírito de fortalecimento do multilateralismo e da soberania nacional que tem orientado a diplomacia boliviana sob Evo Morales, a Bolívia vem buscando diversificar suas relações diplomáticas, de forma a diminuir sua dependência política e econômica de “parceiros” tradicionais como os EUA e a União Europeia. Assim, é fruto dessa nova estratégia de inserção internacional o restabelecimento de relações diplomáticas com países do Oriente Médio, como Irã e Líbia, que pela primeira vez receberam a visita de um chefe de Estado boliviano, em 2008, e com os quais foram assinados acordos de cooperação técnica no setor de hidrocarbonetos, construção civil e laticínios. A aproximação com a Rússia no setor de hidrocarbonetos e defesa e combate ao narcotráfico insere-se no mesmo paradigma.

Além do Oriente Médio, a Bolívia encontra na Índia outro parceiro econômico, com quem assinou acordos para a exploração conjunta da jazida de ferro de Mutún, considerada uma das maiores do mundo e localizada no departamento de Santa Cruz, próxima à fronteira brasileira. Estima-se que o empreendimento comum entre a indiana Jindal Steel & Power e a estatal Empresa Siderúrgica Mutún garanta cerca de US\$ 200 milhões anuais de ingressos para os cofres bolivianos, quando entrar em operação. Desse modo, assim como na América do Sul, a estratégia de diversificação mantém-se no plano extrarregional com vistas a garantir o desenvolvimento nacional e maior grau de barganha, evidenciando o lado pragmático da política externa boliviana.

No que concerne às relações com os Estados Unidos, essas são singularizadas ora pelo confronto ideológico ora pelo lado pragmático, nas ocasiões em que a Bolívia se mostra mais aberta ao diálogo, especialmente no

que tange às negociações para a prorrogação, pelos EUA, da ATPDEA. A normativa permite que alguns produtos dos países andinos ingressem no mercado norte-americano com tarifa zero e apresenta como contrapartida o comprometimento desses países no combate ao narcotráfico.

Tal questão figura como ponto nevrálgico nas relações Bolívia-EUA, uma vez que evoca o cultivo da coca como símbolo de uma cultura milenar conservada pelos bolivianos, em oposição às políticas de combate ao narcotráfico, defendidas pelos sucessivos governos estadunidenses para a região andina e que possuem entre seus pilares a erradicação das plantações da folha. Nesse sentido, a política de Morales na luta contra as drogas é pautada pela expressão “cocaína zero”, uma alusão à “coca zero”, empregada nos planos aplicados anteriores e rejeitada pelo novo governo. Essa nova condução do tema, que insiste na diferenciação entre a droga sintética e a folha sagrada da coca, se reflete nos embates com os EUA e nos esforços diplomáticos do governo boliviano junto à ONU, de despenalizar a folha de coca no âmbito internacional. Devido à solicitação boliviana, o Conselho Econômico e Social da ONU decidiu por unanimidade, em fins de julho de 2009, iniciar consultas internacionais para modificar a Convenção Única sobre Estupefacientes de 1961, que atualmente classifica a folha de coca como uma droga. A decisão foi bastante celebrada pelo governo, por representar o primeiro passo para uma possível despenalização do consumo da folha de coca.

Apesar de adotar uma estratégia frente ao narcotráfico fundamentalmente distinta daquela promovida por Washington, as autoridades bolivianas empenharam-se em garantir a renovação do ATPDEA, realizando viagens aos EUA e *lobby* junto ao Congresso estadunidense, com relativo sucesso. A importância do ATPDEA para a economia boliviana, cujos empregos gerados na produção dos bens exportados sob o acordo concentram-se principalmente na cidade de El Alto, importante bastião de apoio político ao MAS, levou o governo Morales a superar, nesse caso específico, as diferenças ideológicas e as tensões decorrentes destas diferenças na relação bilateral (ZUCCO JR, 2008, p. 28). A ampliação do acordo por mais seis meses a partir de 2009, com a possibilidade de ampliação por outros seis, foi aprovada pelo legislativo do país norte-americano em outubro de 2008, mas foi vetada por ato administrativo do presidente George W. Bush.

O governo boliviano criticou fortemente a decisão, que alega ter sido uma represália política; a Bolívia teria apresentado os melhores resultados concernentes à diminuição nos cultivos de coca dentre todos os países cobertos pelo ATPDEA e, ainda assim, teria sido excluída pelos conflitos políticos que vem mantendo com os EUA nos últimos anos. Mesmo com a mudança na presidência estadunidense, de W. Bush para Obama, o veto ao acordo foi mantido e esse expirou definitivamente em julho de 2009, novamente suscitando por parte de Morales pesadas críticas aos Estados Unidos.

Além do narcotráfico, as relações bilaterais vinham enfrentando dificuldades pela negativa dos EUA em extraditar o ex-presidente boliviano Sánchez de Lozada, processado na Bolívia pelas mortes ocorridas durante a Guerra do Gás, e pelas acusações de conspiração feitas por Morales contra o embaixador dos EUA na Bolívia, Philip Goldberg. O ápice das tensões bilaterais deu-se com a expulsão de Goldberg, em setembro de 2008, o que levou à adoção de igual medida pelo governo estadunidense. A ela se seguiu a decisão da Bolívia de negar permissão para que a Agência de Combate às Drogas dos EUA (DEA) promovesse sobrevoo no país para mapear os cultivos de coca na região e, posteriormente, a própria expulsão da agência do país. Em julho, já havia sido expulsa da região do Chapare a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), também acusada pelo governo de financiar a oposição e criticada por sua relutância em se submeter às novas diretrizes governamentais acerca da cooperação internacional. Morales concluiu seu primeiro mandato sem que tivesse sido possível a normalização das relações entre os dois países, com a consequente nomeação de novos embaixadores.

Com relação à Europa, além dos já mencionados conflitos relativos à assinatura do TLC CAN-União Europeia, vale mencionar o papel de destaque de Evo Morales na rejeição à nova política de imigração europeia, conhecida como diretiva de retorno. Fortemente dependente das remessas de seus imigrantes como fonte de divisas, o endurecimento das regras migratórias europeias poderá ter impacto significativo na economia boliviana. Criticada por praticamente todos os países latino-americanos, a diretiva de retorno foi tema de uma dura carta aberta do presidente boliviano às autoridades da UE (MORALES, 2008).

## 5 CONCLUSÃO

País mais pobre da América do Sul e com a pior distribuição de renda,<sup>20</sup> é notória a falta de atenção dispensada à Bolívia no plano internacional, quebrada apenas de tempos em tempos pela cobertura negativa que recebe quando de alguma catástrofe ou turbulência política mais forte. A eleição de Evo Morales, entretanto, logrou romper em parte com aquela tendência ao despertar considerável atenção para a chegada, pela primeira vez, de um indígena à presidência, no país de maioria indígena.

O fato chegou a suscitar algumas comparações entre a eleição de Morales e a de Nelson Mandela, em 1994. Isso, somado a certa visão “romântica”, talvez ligada à ideia rousseauiana do bom selvagem, garantiu a Morales um bom capital político internacional logo no início de seu mandato, embora o estigma de sua militância como dirigente cocaleiro atuasse como espécie de contrapeso. Com o prosseguimento da agenda política interna, especialmente após a nacionalização do gás, também o fantasma do populismo passou a atuar como forte contrapeso a esse capital político do presidente boliviano (DO ALTO, 2007; ICHUTA NINA, 2008).

Análises sobre o “neopopulismo” ou que classificavam os novos governos na América do Sul em a boa e a má esquerda (CASTAÑEDA, 2006) – categoria na qual se incluíam, além de Morales, os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e do Equador, Rafael Correa, por exemplo – tornaram-se recorrentes.<sup>21</sup> Mas, apesar das caracterizações do novo governo boliviano como populista, é inegável que, desde o início de seu governo, a Bolívia tem experimentado uma visibilidade e uma influência internacional que, embora limitados (continua tratando-se de um país periférico e de baixa influência política), não possuía anteriormente (MAIRA, 2007). A popularidade de Morales entre movimentos sociais de diversos países continua bastante elevada e as declarações de apoio recebidas em foros como a Assembléia Geral da ONU não diminuíram.

Esse prestígio tem sido utilizado para a conformação de contatos diplomáticos mais amplos, com um notável avanço da diplomacia boliviana rumo a países com os quais tinha pouca ou nenhuma aproximação. Isso tem permitido a assinatura de acordos que, se efetivamente implementados, poderão diminuir a excessiva dependência relativa aos EUA ou ao Brasil, o que deverá contribuir para a efetivação da soberania boliviana

e para a superação, ao menos em parte, das dificuldades de inserção internacional e regional por que passou o país (ALEXANDRE, 2007). Cabe questionar, entretanto, até que ponto a importância atribuída pelo governo a parcerias estratégicas, como a desenvolvida com a Venezuela, por exemplo, não poderá vir a constituir novas e importantes fontes de dependência internacional.

Por decisão política soberana, o país permanece à margem do processo de assinaturas de TLCs entre EUA e Europa e os países latino-americanos.. Por outro lado, tem aderido a iniciativas de integração regional (Banco do Sul, UNASUL<sup>22</sup> e Conselho de Defesa Sul-Americano) e aproveitado sua posição geográfica central no continente para integrar-se a projetos como os corredores bioceânicos entre Brasil e Chile.

Muitos dos posicionamentos diplomáticos do novo governo apontados como “ideológicos” por seus críticos refletem, na verdade, a mudança política escolhida pela maioria dos bolivianos nas eleições de 2005 e ratificada em 2009 com a reeleição de Evo Morales. Nesse sentido, as posições atuais do Estado Plurinacional da Bolívia (como a rejeição aos TLC, por exemplo) não são mais ideológicas que as anteriormente adotadas, mas simplesmente uma reorientação dessas posições da direita para a esquerda, refletindo o novo consenso político majoritário do país. E como foram democraticamente decididas, é mesmo salutar que assim o seja.

Na medida em que as novas instituições sinalizam para uma maior inclusão política e uma maior estabilidade, e que a mudança na presidência dos EUA tende a melhorar as relações bilaterais, a Bolívia poderá ter diante de si boas oportunidades. Será preciso verificar, entretanto, até que ponto a crise financeira mundial irá afetar o país nos próximos anos. Certamente a existência de uma rede mais ampla de parcerias internacionais e a consequente diminuição da dependência em alguns parceiros são fatores que poderão contribuir para atenuar seus efeitos sobre a Bolívia. Se vão ser suficientes é algo ainda a se constatar.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, C. Bolívia: instabilidade política e dificuldade de inserção regional. In: M. R. Soares de Lima M. V. Coutinho (org.); *A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Século XXI*. p. 69-101. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

- CASTAÑEDA, Jorge G. Latin America's left turn. *Foreign Affairs*, v. 85, n. 3, p. 28-43, 2006.
- CHÁVEZ, G. *Inversiones brasileñas en Bolivia*. Rio de Janeiro: Swiss Agency for Development and Cooperation/Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior. Recuperado de [http://www.cindesbrasil.org/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=156&Itemid=47<=8](http://www.cindesbrasil.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=156&Itemid=47<=8), 2008.
- CUNHA FILHO, C. M.; SANTAELLA GONÇALVES, R. The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 4, p. 177-96. doi: 10.1177/0094582X10372513, 2010.
- DO ALTO, Hervé. Del entusiasmo al desconcierto: La mirada de la izquierda europea sobre América Latina y el temor al populismo. *Nueva Sociedad*, v. 214, 2007.
- ICHUTA NINA, Carlos E. ¿"La izquierda de Evo Morales"? significados y contenidos de la victoria electoral y el gobierno de Evo Morales en Bolivia, hacia adentro y hacia fuera. In: IV Congreso ALACIP. Anais... . San José, Costa Rica, 2008.
- IKENBERRY, John G. *America Unrivaled: the Future of the Balance of Power*. New York: Cornell University Press, 2002.
- KLEIN, H. S. *A Concise History of Bolivia*. New York: Cambridge University Press, 2003.
- LANZARO, J. Gobiernos de izquierda en América Latina: entre el populismo y la social democracia - Una tipología para avanzar en el análisis comparado. *Análises de Conjuntura OPISA*, v. 12, 2007.
- MAIRA, Luis. Dilemas internos y espacios internacionales en el gobierno de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, v. 209, p. 66-81, 2007.
- MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO DEL DESARROLLO. Decreto Supremo 29272 - Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien. Lineamientos Estratégicos 2006-11. *Gaceta Oficial de Bolivia*, 2007.
- MINISTÉRIO DE RELACIONES EXTERIORES Y CULTOS. Informe de Gestión, 2007.
- MIRANDA, C. Gas and its importance to the Bolivian economy. In: J. Crabtree L. Whitehead (org.); *Unresolved Tensions: Bolivia Past and Present*. p. 177-93. Pittsburgh: Pittsburgh University Press, 2008.
- MORALES, Evo. O papel real dos imigrantes. Agência Carta Maior. Disponível em [http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=15052](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15052). Acessado em 13 de junho 2008.
- OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO. Banco de Eventos OPISA. Recuperado de <http://observatorio.iuperj.br/banco.php>, em 1 de maio de 2009.
- REIS, G. S.; VIEIRA, S. M. Left-Wing Populists in Latin America? An Analysis of the Chávez and Morales Governments. In: XXI IPSA World Congress of Political Science. Anais... . Santiago: IPSA/AISP, 2009.
- SCHIRM, S. A. Leadership in Regional and Global Politics: Why do Emerging Powers (Sometimes) Fail to Reach Their Goals? In: German Institute for Global and Areas Studies. Anais... . Hamburg, 2006.
- STEFANONI, P. Siete preguntas y siete respuestas sobre la Bolivia de Evo Morales. *Nueva Sociedad*, v. 209, p. 46-65, 2007.
- TABOADA TERÁN, Néstor. *Tierra Mártir: Del socialismo de David Toro al so-*

cialismo de Evo Morales. 1st ed. La Paz: Plural Editores, 2006.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. América Latina: vulnerabilidade social e instabilidade democrática. In: América Latina no início do século XXI: Perspectivas econômicas, sociais e políticas. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

ZUCCO JR, Cesar. Bolívia: Política Doméstica e Inserção Regional. Estudos e Cenários, v. 5.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Para os fatos narrados ao longo do texto, apoiamo-nos principalmente no Banco de Eventos OPSA (OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO), além de documentos oficiais do governo e artigos e relatórios acerca do tema de autores diversos, todos listados na bibliografia incluída.

---

<sup>2</sup> Intitulado “Bolívia Soberana”. Os outros três intitulam-se “Bolívia Digna”, concernente à valorização da cultura e saberes tradicionais dos povos indígenas e camponeses e à promoção da justiça social, “Bolívia Democrática”, relativo às transformações propostas na institucionalidade do Estado boliviano, e “Bolívia Produtiva”, abrangendo as políticas de desenvolvimento e transformação econômica (Cunha Filho; Santaella Gonçalves, 2010; Ministério de Planificación del Desarrollo, 2007).

---

<sup>3</sup> MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p.26 et seq.

---

<sup>4</sup> Os outros membros do chamado “núcleo-duro” do governo a sobreviverem até o fim do primeiro governo são o ministro da Fazenda, Luis Arce, da Defesa, Walker San Miguel e da Presidência, Juan Ramón Quintana. No início do segundo mandato, os dois únicos a permanecerem no ministério foram Choquehuanca e Arce.

---

<sup>5</sup> O título é uma referência à Guerra do Chaco (1932-35), tida no imaginário popular boliviano como uma guerra fomentada por interesses imperialistas de petroleiras internacionais pelo controle da região do Chaco Boreal, na fronteira entre Bolívia e Paraguai. Para mais sobre a guerra, ver nota 13 abaixo.

---

<sup>6</sup> Controladas respectivamente pela espanhola Repsol-YPF, a inglesa Ashmore e a anglo-holandesa Shell, a inglesa British Petroleum, e a alemã Oil Tanking GmbH e a peruana Graña y Montero.

---

<sup>7</sup> Controlada pela inglesa British Petroleum.

---

<sup>8</sup> Com a promulgação da nova Constituição em 2009, o ministério se converte em Ministério de Defesa Legal do Estado, órgão com funções análogas ao do Advogado Geral da União no Brasil.

---

<sup>9</sup> Ver seções posteriores.

---

<sup>10</sup> O ano de 2009 interrompe a sequência de altas sucessivas na atração de IED, que cai a patamares levemente inferiores aos registrados em 2007. É preciso ter em conta, entretanto, que esse é um ano de forte crise financeira internacional e a queda nos níveis de IED foi uma constante em quase todo o mundo.

---

<sup>11</sup> A Alba foi formada em 2004 por Cuba e Venezuela e recebeu a adesão da Bolívia em 2006. Em 2007, recebeu a adesão da Nicarágua e, em 2008, de Dominica e Honduras (essa abandonaria o bloco no ano seguinte, após golpe de estado no país). Em 2009, ingressaram no bloco Equador,

São Vicente e Granadinas e Antigua e Barbuda. Por uma questão de simplificação, os dados incluem apenas o comércio com Cuba, Venezuela e Nicarágua.

---

<sup>12</sup> Ver seções posteriores.

---

<sup>13</sup> Essa foi epicentro do maior escândalo de corrupção vivido pelo governo e que levou à cadeia, em fevereiro de 2009, o então presidente da YPFB e um dos fundadores do MAS, Santos Ramirez, acusado de liderar um esquema de desvio de verbas destinadas à construção da planta separadora.

---

<sup>14</sup> Guerra entre Bolívia e Paraguai na qual este ganhou o controle sobre o Chaco Boreal, então sob controle boliviano. A região é importante pelo controle da bacia do Rio Paraguai e especulava-se, à época, que poderia conter consideráveis reservas de petróleo. A guerra entrou para o imaginário popular boliviano como tendo sido provocada pela disputa entre as transnacionais petrolíferas Standard Oil e Royal Dutch Shell, que operavam nos lados boliviano e paraguaio, respectivamente. Historiadores como Herbert Klein (2003), no entanto, apontam o fato como pouco provável.

---

<sup>15</sup> O salitre da região de Antofagasta, então pertencente à Bolívia, era explorado majoritariamente por empresários chilenos com base em um tratado assinado entre os dois países em 1874. Em 1878, frente a uma forte crise econômica, a Bolívia decidiu rescindir o tratado a partir do ano seguinte, com o que o Chile ordenou a ocupação militar da zona em fevereiro de 1879. O Peru, que havia assinado um tratado secreto de defesa recíproca com a Bolívia, tentou ainda mediar uma arbitragem entre os dois países, mas fracassou. Em abril de 1879, o Chile declarou guerra à Bolívia e ao Peru, por meio da qual estendeu suas fronteiras até a cidade de Arica, então no Peru. O tratado de fronteiras entre Bolívia e Chile, reconhecendo a soberania chilena sobre o território conquistado, foi assinado em 1904, mas é contestado pela Bolívia, que perdeu com ele sua saída ao mar. O tema é o principal obstáculo nas relações entre os dois países, que não mantêm relações diplomáticas completas desde 1978.

---

<sup>16</sup> Curso d'água que nasce no departamento boliviano de Potosí e flui até as costas chilenas do Atacama. A Bolívia alega que o Silala é um aquífero canalizado artificialmente e que portanto deveria receber compensação econômica chilena por seu uso, enquanto o Chile alega tratar-se de rio internacional.

---

<sup>17</sup> Nome dado à revolta popular que provocou a renúncia do então presidente boliviano, Gonzalo Sánchez de Lozada, após esse anunciar seus planos de exportar o gás boliviano aos EUA via portos chilenos.

---

<sup>18</sup> No dia 24 de abril de 2006, Morales anunciou a expulsão da siderúrgica privada brasileira EBX.

---

<sup>19</sup> Termo cunhado por Ikenberry (2002), também utilizado por Schirm (2006).

---

<sup>20</sup> Os investimentos anunciados pela Petrobras, em dezembro de 2007, poderão variar entre US\$ 750 milhões e US\$ 1 bilhão. Ver Observatório Político Sul-Americano, 17/12/2007.

---

<sup>21</sup> Segundo dados do PNUD de 2005, a Bolívia tem um IDH de 0.695 e um PIB per capita de US\$ 2819, os mais baixos da América do Sul, e seu índice de Gini é de 0.601, o mais alto da região. Para que se possa ter uma ideia de comparação, o segundo país mais pobre segundo tais critérios seria a Guiana, com um IDH de 0.750 e PIB per capita de US\$4508. Não há dados sobre o índice de Gini da Guiana.

---

<sup>22</sup> Para uma conceituação sobre neopopulismo na América Latina ver Vigevani e Oliveira (2005) e Lanzaro (2007). Para uma visão crítica e mais próxima da nossa, ver Reis e Vieira (2009).

---

<sup>23</sup> Foi o primeiro país a ratificar no Congresso o tratado constitutivo do bloco, em 11 de setembro de 2008, e será a futura sede de seu parlamento.

---